



Mudanças culturais e desenvolvimento regional: o caso da região Cacaueira da Bahia

Amilcar Baiardi^I

Antonio Cesar Costa Zugaib^{II}

Recebido em: 15-05-2025

Aceito em: 27-06-2025

Resumo

O presente trabalho aduz contribuições para o entendimento do papel da cultura na promoção do desenvolvimento regional, tendo como caso específico o Litoral Sul da Bahia, conhecido como Região Cacaueira da Bahia. Ele se situa no campo temático da cooperação e da interdisciplinaridade científicas, no diálogo, ou interação, entre a história econômica e a literatura regional, referidas a um período de cerca de três séculos, de meados dos setecentos até a contemporaneidade. A abordagem tem seus fundamentos na Nova História que não separa as representações dos fatos e os protagonismos das condições que permitiram os acontecimentos. O método é o de construção de uma narrativa que esteja baseada na historiografia econômica e na produção literária regional na forma de prosa. O texto se justifica pela necessidade de o território adotar preceitos de organização produtiva racionais e social incluídos como a cooperação, na produção, processamento e industrialização de amêndoas de cacau e que gere expectativa de que emergam novas iniciativas de ação social, econômica e ambiental. Espera-se contribuir para a concepção de políticas públicas e corporativas, bem como para governança entre agentes socioeconômicos, Estado e comunidade científico-tecnológica.

Palavras-chave: cacau; cultura; cooperativismo; agroindústria; bioeconomia; chocolate.

Cultural changes and regional development: the case of the Cocoa region of Bahia

Abstract

The present work adds contributions to the understanding of the role of culture in promoting regional development, taking as a specific case the South Coast of Bahia, known as the Cocoa Region of Bahia. The same is located in the thematic field of scientific cooperation and interdisciplinarity, in the dialogue, or interaction, between economic history and regional literature, referring to a period of around three centuries, from the mid-1800s to contemporary times. The approach has its foundations in New History, which does not separate the representations of facts and the protagonisms of the conditions that allowed the events. The method is to construct a narrative that is based on economic historiography and regional literary production in the form of prose. The text is justified by the need for the territory to adopt rational productive and social inclusive organization precepts such as cooperation in the production, processing and industrialization of cocoa beans and which generates expectations that new social, economic and environmental action initiatives will emerge. It is expected to contribute to the design of public and corporate policies, as well as governance between socioeconomic agents, the State and the scientific-technological community.

keywords: cocoa; culture; cooperative; agroindustry; bioeconomy; chocolate.

1 Introdução

A “Região Cacaueira da Bahia” ainda não incorporou plenamente transformações contemporâneas que convirjam para um novo modelo de desenvolvimento sustentável, inspirado nos 17 objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas. A razão da ausência ou da insuficiência de protagonismos que facilitem essa transição para a contemporaneidade pode ser

^I Doutorado em Ciências Humanas (UNICAMP). Pós-doutorado na área de políticas de ciência e tecnologia no IMSS, Firenze, Itália. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História da Ciência, da Universidade Federal da Bahia. amilcar.baiardi@gmail.com

^{II} Mestrado em Economia Rural (UFV). Técnico em Planejamento da CEPLAC-MAPA. Professor do Departamento de Economia da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). antonio.zugaib@agro.gov.br e acczugaib@uesc.br

a manutenção de uma cultura enraizada na determinação e no voluntarismo, cuja gênese se estabelece desde o nascimento da lavoura do cacau, marco temporal de formação social denominada "Civilização do Cacau", categoria livremente criada por escritores regionais e apropriada pela academia.¹ Essa categoria sugere que a ação de desbravar florestas e implantar a lavoura de cacau associava ganhos individuais com benefícios coletivos, na visão de quem promovia essa intervenção.

Destarte, o imaginário destes desbravadores assimilava a ideia de que estavam criando algo que beneficiaria toda a região e que deixaria como legado uma herança social, que abrangesse determinação, autoridade, instituições, ideias, conhecimentos técnicos, costumes, usos, regras sociais, atitudes, sentimentos etc., transmitidos de geração a geração. Essa herança influenciaria as novas gerações e todo o entorno (ASMAR, 1983).

Para Asmar (1983), a herança social, ou dimensão cultural dos desbravadores, foi transmitida às novas gerações de atores sociais da Região Cacaueira, e estava calcada em valores, tais como individualismo, utilitarismo e, imediatismo, que não contribuíam para uma ação social coletiva. O individualismo, nas palavras de Asmar (1983), teria como valor um peso expressivo na rejeição das ideias associativas e coletivistas, as quais eram recebidas como estranhas, esdrúxulas, seus promotores apontados como ingênuos e as instituições ligadas ao cooperativismo vistas como inexecutáveis. Para o autor ainda prevalece na região uma conduta impregnada de sentimentos anacrônicos, tais como coleguismo, confradismo, companheirismo e corporativismo, os quais dificultam iniciativas que privilegiem a ação coletiva e a cooperação.

Borges e Borges (2022) salientam que todo esse contexto foi sintetizado naquilo que Asmar (1983, p. 69) chamou de "Pobre Região Rica", marcada pela natureza contraditória de um modelo monocultor-exportador que, ao mesmo tempo, foi símbolo de riqueza, mas que aprofundou as desigualdades sociais. Os autores questionam se os aspectos econômicos e culturais presentes nos agentes socioeconômicos do Sul da Bahia, especialmente na Região Cacaueira, carregam em si os traços da "Civilização do Cacau", social e economicamente desigual e institucionalmente estruturada em favor do patrimonialismo e como isso interfere nos processos e estratégias de desenvolvimento territorial.

Concluem que tais aspectos têm sim um peso significativo, principalmente quando apontaram a predominância de comportamentos individualistas na sociedade local, como resultante do seu passado coronelista. Entretanto, parece fazer mais sentido que a ascensão de relações clientelistas privadas e estatais (relações de dependência impessoal/mercantil) logo após a queda do coronelismo (relações de dependência pessoal), seja uma melhor explicação para a existência de comportamentos que ainda hoje, no século XXI, restringem a ação coletiva.

O presente trabalho se situa no campo temático da cooperação científica e da interdisciplinaridade, se expressando no diálogo, na complementaridade, na interação e retroalimentação, entre a história econômica e a prosa literária regional. Busca-se aproximar as narrativas desses dois campos de erudição e propor, via uma aproximação hipotético-dedutiva ideal, pela necessidade de internalização no território de preceitos de organização produtiva mais racionais e social incluídos, como a cooperação na produção e no processamento e industrialização de amêndoas de cacau.

A abordagem se fundamenta na Nova História, que não separa as representações dos fatos e os protagonismos das condições que permitiram os acontecimentos, promovendo a construção e a reconstrução de narrativas contemplando o entorno e vendo os fatos históricos

¹ Mesquita, A. S. Cooperativismo, cacaucultura e crise (1998, p. 5) em prefácio de Amílcar Baiardi

como condicionados pela infraestrutura e pela superestrutura econômica e social e, segundo Burke (2010), Rojas (2007) e Baiardi (2020), consoante o sugerido pela corrente de historiadores que emerge dos *Annales d' Histoire Économique et Sociale (1929/1989)*. A aproximação ao tema também se ampara, de acordo com a classificação de Samuels et al (2003) nos componentes de exegese, hermenêutica, interpretação, textualidade, intenção e significado da historiografia econômica que se desenvolveram no âmbito do pensamento econômico heterodoxo da pós Segunda Guerra Mundial.

O método é o de construção de uma narrativa que se baseie tanto na historiografia econômica como na relevante produção literária regional, na perspectiva da história regional e local, a qual, segundo Neves (2002), consiste no estudo das atividades de um determinado grupo social, historicamente constituído e conectado a uma base territorial com vínculos de afinidade, tais como práticas econômicas, manifestações culturais, organização comunitária etc. O texto em pauta tem como objetivo aduzir contribuições para avaliação do papel da cultura na promoção do desenvolvimento regional, tendo, como pano de fundo a Região Cacaueira da Bahia, na expectativa de que emergjam novas iniciativas de ação social na economia e na gestão ambiental.

Em tempo, convém dirigir um olhar para o termo “Cultura”, um conceito nitidamente maleável que Baiardi (2022 p. 87) define como as “qualidades mentais em aspectos do comportamento, enraizados nos costumes, voltados para o conhecimento, crenças, hábitos, arte, moral, direito e valores, interiorizados pelo indivíduo, como resultado da educação formal e do ambiente”. Percebe-se ser uma conceituação extremamente abrangente que no âmbito das pesquisas empíricas é uma categoria de difícil apreensão, na concretude dos processos sociais. Por esta razão, prossegue Baiardi, (2022 p. 87), um cientista social inglês, Terry Eagleton (2003), em um livro relativamente recente, mas já um clássico sobre o tema, afirmou com maestria, que a palavra (cultura) “combina, de maneira estranha, crescimento e cálculo, liberdade e necessidade, a ideia de um projeto consciente, mas também de um excedente não planejável”.

2 Gênese da Civilização do Cacau: determinação e voluntarismo dos desbravadores prevalecendo - de meados do século XVIII às guerras napoleônicas e fim do período colonial em 1822

O termo ou palavra “cultura” está presente no que seria o início da civilização cacaueira, mais precisamente no romance “Terras do Sem-Fim”, escrito em 1941 por Jorge Amado e publicado em 1943². No mesmo, o autor distinguia bem o coronelismo, abordado por outros autores no Brasil, do mandonismo patriarcal, praticado pelos desbravadores das matas do Sul da Bahia, que antecedem os coronéis. De acordo com Mansur, (2020), as histórias de pioneiros individuais ilustram como o conceito de coronelismo evoluiu em seu contexto histórico, sendo parte fruto do intelecto individual, parte percebido e construído coletivamente, a partir das condições dadas pela realidade social.

Para Mansur, (2020), os detentores da posse da terra instalaram-se na região em estabelecimentos trazendo consigo escravos³ e atraindo moradores livres agregados,

² A última edição foi a de 2006 pela Record.

³ A escravidão nos moldes agro açucareiro ou da cafeicultura, com feitores e fiscais, era impossível, na bovinocultura extensiva do sertão e na fundação e exploração da lavoura de cacau. Estas atividades exigiam dos trabalhadores braçais uma certa autonomia de deslocamento e de exercício das operações, fossem eles vaqueiros ou desmatadores e plantadores de cacau. Exigiam também uma gratificação o que era incompatível com a escravidão

normalmente sitiantes ou artesãos. Nas condições de vida do Novo Mundo, esse contingente populacional subordinava-se à vontade, por vezes caprichosa, de quem detinha a posse da terra, o *Pater familias*, um “mandão” local que tomara a iniciativa de desbravar.

Segundo Baiardi e Netto Mello (2016) na implantação da lavoura cacaujeira o estado da arte da produção era primitivo e consistia em técnicas rudimentares de corte e limpeza da floresta, coveamento, plantio, cultivo e colheita manuais e secagem solar das amêndoas. Não havia, então, qualquer emprego de insumos químicos para controle de doenças e pragas. Segundo os autores, as relações de trabalho, embora não essencialmente escravistas porque não previam o trabalho compulsório sem remuneração, não podiam ser consideradas plenamente capitalistas, uma vez que os trabalhadores braçais residiam no local de produção e consumiam bens essenciais vendidos pelos proprietários de terra, atuais e futuros produtores de amêndoas de cacau, a preços elevados, o que causava uma dependência de dívida.

A narrativa de “Terras do Sem-Fim” tem como contexto a marcha para o oeste⁴ que os fazendeiros de cacau realizaram na região de Ilhéus, na Bahia. O início do ciclo do cacau no sudeste baiano fez-se em substituição aos antigos engenhos de cana-de-açúcar e às plantações de café que dominavam anteriormente a paisagem local. Mas, as transformações socioeconômicas não pararam por aí. O crescimento da procura internacional do produto da nova lavoura, matéria-prima empregada na indústria de alimentos e na de cosméticos, exigia mais terras, localizadas nas matas virgens:

Quando os homens iniciaram no Rio do Braço a plantação da nova lavoura, ninguém pensava que ela ia terminar com os engenhos de açúcar, os alambiques de cachaça e as roças de café que existiam em redor de Rio do Braço, de Banco da Vitória, de Águia Branca, os três povoados da beira do rio Cachoeira que ia dar no porto de Ilhéus. Mas o cacau não só liquidou os alambiques, os pequenos engenhos e as roças do café, como andou mata adentro. E no seu caminho nasceram as casas do povoado de Tabocas e mais longe ainda as casas do povoado de Ferradas, quando os homens de Horácio haviam conquistado a mata da margem esquerda do rio. (Amado, 2006, p. 135).

Uma outra narrativa vem de Heine (2004). Para romancista, nos primórdios as terras eram vendidas a preço irrisório e quem dispusesse de recursos, poderia ocupá-las. Para isto era só demarcar o seu pedaço e requerer a compra ao poder público. O processo, por sua vez, não era ágil, sobretudo para obtenção de da escritura exigida para financiamentos. Para a autora essa ocupação não era exclusiva da parte de ex-produtores de cana de açúcar e café. Havia também migrantes sergipanos e cearenses que vinham e situações piores e em busca de uma nova opção de vida. Nesses casos não dispunham de meios para custear a mão de obra suficiente e eles demarcavam apenas o que seria necessário para trabalhar com sua família⁵.

Segundo Heine, (2004) os migrantes nordestinos que se estabeleceram desta forma na região, se deram conta que as terras férteis e produtivas abrangiam um espaço limitado e não tão vasto como se podia imaginar. Então, mesmo sem recursos para contratar mão de obra e

convencional. As relações de trabalho não propriamente escravistas praticadas pelos desbravadores estabeleciam formas de pagamento em espécie ou em produtos, mas evitavam que eles incorressem em riscos de perder escravos por fuga, ataque de indígenas, acidentes etc. Convém lembrar que o escravo era o maior ativo do sistema de produção escravista, (BAIARDI, 1997) (NEVES, 1998).

⁴ Convém salientar que essas localidades se encontram em uma latitude de 39º 15', distantes do litoral e mais ao oeste que o arraial de Tabocas, que viria ser Itabuna. A “marcha para o Oeste” só foi possível porque se estabeleceu um fluxo de abastecimento alimentar vindo do “Sertão da Ressaca, segundo Conceição (2021).

⁵ Esta narrativa é relativizada por Baiardi (1984) que informa ter sido a lavoura de cacau financiada pelo capital mercantil exportador e que a força de trabalho nela utilizada era remunerada.

obter segurança pessoal e jurídica, começaram a participar de disputas por terras. Neste momento, na narrativa da romancista, começou a surgir a ganância e a cobiça:

O cacau passou a ser importante fonte de riqueza e os mais fortes começaram a querer comprar ou mesmo se apossar, fosse de que jeito fosse, das terras dos mais fracos” (HEINE, 2004 p. 26).

Sem descartar a possibilidade de ter existido também um processo de expansão da cacauicultura com agentes produtivos da tipicamente denominada agricultura familiar, a escala em que isso se deu não foi significativa e não preenche as condições de gênese da agricultura familiar, tratadas por Cardoso (1979), de um lado, e por Baiardi e Alencar (2014), do outro.

3 Primeira metamorfose dos agentes socioeconômicos: o desbravador se transforma em Coronel

As palavras de Heine (2004), a ganância e a cobiça não são outra coisa que o impulso de “acumulação primitiva ou originária”, que dão a base material para obtenção do poder econômico. O agente que se caracterizava pela elevada propensão ao risco nos negócios que criava, com a acumulação renuncia ao aventureirismo, se acomoda na gestão produtiva e tenta obter projeção social e capacidade de influenciar os sistemas políticos. Se converte em “coronel”, no conceito de Mansur (2020). Utilizando-se de várias referências bibliográficas, o referido autor constata que no período referido no romance “Terras do Sem-fim”, o coronel Horácio e seus aliados já haviam ocupado as matas que circundam os povoados de Tabocas e Ferradas, na época pertencentes a Ilhéus e, atualmente, emancipados em conjunto com o nome de Itabuna IBGE, (2017b). Mais ao oeste, nas palavras de Amado (2006, p.4), restavam as terras do Sequeiro Grande, que:

“[...] como uma virgem era linda, radiosa e moça, apesar das árvores centenárias. Misteriosa como a carne de mulher ainda não possuída. E agora era desejada também”. (AMADO, 2006, p.4)

Segundo Mansur (2020), uma vez conquistada, a área do Sequeiro Grande – que na realidade se chama Sequeiro do Espinho – surgem novas fazendas de cacau, e ali se gestariam os povoados de Pirangi e Guaraci, hoje promovidos a municípios sob os topônimos respectivos de Itajuípe IBGE, (2017c) e Coaraci IBGE, (2017a).

Os clãs familiares englobavam, portanto, além do *Pater Famílias* e seus descendentes e ascendentes diretos (família nuclear), os parentes colaterais (irmãos, tios, sobrinhos), os parentes afins (genros, cunhados), os compadres e os afilhados, e as gentes da casa (criados, moleques, artífices etc.) (VIANNA, 1999). A reprodução da organização sociofamiliar-clânica é notória em “Terras do Sem-fim”, como bem percebeu o crítico literário José Maurício Gomes de Almeida (1999) ao afirmar que, no romance, na “órbita dos dois chefes supremos [...], gravitam os demais personagens, sejam eles os membros da família e os coronéis aliados, ou os pequenos lavradores, advogados, jagunços e até simples alugados das roças de cacau”. (ALMEIDA, 1999, p. 267).

Essa hipertrofia do poder privado teve, desde a Colônia, a centralidade no patriarca, o *Pater Famílias*, que na região foi responsável pela implantação da lavoura do cacau. Essa figura se desenvolveu dentro de relações mais amplas constituídas pelos clãs familiares. Diferentemente das organizações sociais contemporâneas, nas quais os indivíduos se atomizaram perante a sociedade, no patriarcalismo brasileiro cada sujeito concebia-se enquanto

pertencente a certo clã, fosse ele membro da família em sentido estrito, fosse agregado livre ou mesmo escravo (VELHO, 2013). Quando um forasteiro chegava a uma determinada região, ele se identificava como “gente” do senhor fazendeiro fulano ou sicrano, ou enquanto um Barros ou um Rego (QUEIROZ, 1976).

Os relatos e comentários acima apontam para aquilo que poderia ser o primeiro traço cultural desse agente produtivo responsável pela implantação da lavoura de cacau. Uma cultura personalizada de agente produtivo ligado à agricultura de exportação ou à produção pecuária extensiva de latifúndios herdeiros de sesmarias que, na ausência do Estado, concentrava o poder na mão. Quando o poder com características de impessoalidade vindo do Estado começou a se fazer presente regulando a sociedade e exercendo certas funções, o poder pessoal adaptou-se. Converteu-se no coronelismo regional.

A realidade do Sul da Bahia é bem diferente da dos estados da região Sul, contemplados pela colonização de povoamento e cujos agentes desbravadores de novas áreas e produtores de alimentos para consumo interno, eram dotados de uma cultura cooperativista, fazendo com que fossem implantados nos territórios por eles ocupados, polos cooperativistas agroindustriais. Nessas unidades federadas, o poder pessoal dos “coronéis” ou senhores de terra equivalentes, não se estendia a todas as regiões.

4 Do coronelismo imperial ao republicano: introdução da política como forma de fortalecer o poder, 1822 a 1930

Em sua “interpretação patriarcal”, Leal, (1977) manifesta uma preocupação específica voltada para a conformação da relação entre o poder senhorial e o estatal em época de fortalecimento deste último. Nesse novo ambiente, os senhores mandões, *Pater Famílias*, cada vez mais, precisariam ajustar-se à máquina estatal e ao nível local dominá-la para manter seu poderio. Em vez de desprezá-la ou enfrentá-la, os coronéis agora lançavam seus tentáculos para dominá-la, incorporando a justiça, a polícia, os cargos do poder executivo etc. ao seu domínio privado. Isso é o que explica as disputas oligárquicas em torno das eleições, os votos de cabresto, os bicos de pena e os conflitos entre partidos rivais, que passaram a fazer parte da crônica política brasileira do Império e da Primeira República.

Desde o Império, o Brasil viu o projeto do “absolutismo jurídico” ser implantado. O direito produzido pelo Estado, assegurado por suas instituições, passou, paulatinamente, a se fazer presente nos rincões mais longínquos. A legislação estatal, aplicada por seus juízes, deveria prevalecer, em tese, sobre o mando patriarcal. E as instituições armadas desenvolveram-se o suficiente para garantir a execução da ordem. O que explica, então, a impetuosidade dos fazendeiros nos feitos eleitorais? A resposta estava na oportunidade do clã vencedor de controlar as instituições judiciais, policiais, administrativas e fiscais, sendo que se dava especial importância ao juiz presidente do tribunal do júri e ao delegado de polícia, que se tornariam a “justiça” e a “força” dos coronéis que se apropriaram da máquina estatal.

Enfim, foi pela incursão do poder privado dentro do poder público que se configurou o coronelismo e não pela mera sobrevivência do poder privado hipertrofiado da Colônia. Há, em “Terras do Sem-Fim”, portanto, uma dimensão jurídico-institucional importantíssima para entender a transformação do desbravador patriarcal em coronel e sua metamorfose na transição do império para a república. Aliás, ela se mostrou decisiva na disputa entre os clãs rivais: quem detinha o domínio do Estado sempre estava à frente do adversário (AMADO, 2006; LEAL, 2012).

Na vivência da zona cacauzeira, Jorge Amado conheceu os relatos de tocaias de jagunços, os incêndios das fazendas, os mandonismos dos senhores etc. Mas não só. Apropriou-se da história oral sobre as disputas pelas instituições estatais, as eleições fraudadas, os juizes e os policiais a serviço da situação e incorporou estes elementos ao romance, fugindo de uma compreensão rudimentar do coronelismo, aquela que despreza a dimensão jurídico-estatal do fenômeno e supervaloriza a “lei do mais forte”. O coronelismo de Amado (2006) não é só o uso da força privada. Jorge Amado levou a sério a preocupação de narrar com base na realidade social ao tratar do emaranhado de relações entre os poderes privado e público que constituíram o pré-coronelismo e o coronelismo na região cacauzeira.

Segundo Dutra (1943), não se trata de uma “lei do gatilho” indiferente ou contra o Estado, mas de uma lei do gatilho que permite aos que governam, e não à oposição(!), quase tudo fazer. Aos amigos, tudo, aos inimigos, a lei. Indício, portanto, do fortalecimento relativo do aparato institucional em face ao declínio do poder privado praticado de forma direta pelas oligarquias agrárias. No coronelismo republicano, mais estilizado que o coronelismo imperial, o Estado, mediado pelas instituições e pelo direito legislado, se colocava de forma decididamente mais forte que no império e na colônia. E um novo elemento no modo de operar dos coronéis: a necessidade de controlar as instituições, o juiz, o delegado, o promotor, como forma a possibilitar seu domínio sobre as oligarquias rivais.

Leal, (2012) foi decisivo para a delimitação historiográfica da descontinuidade entre o patriarcalismo da época colonial e o coronelismo, que o Brasil viu se desenvolver a partir do Império e alcançar expressão mais completa na República. Se o patriarcalismo dos desbravadores seria marcado pela manifestação de uma quase onipotência do poder privado dos senhores de terra, em contraponto a uma certa rarefação e impotência das instituições estatais, o coronelismo se situaria em um panorama superior de consolidação do aparato estatal.

Mais robustas e alcançando melhor os rincões, as instituições públicas, em vez de desprezadas ou afrontadas pelos senhores de terras, como ocorria frequentemente no período patriarcal, passaram a atizar a sua cobiça. De tão mais estabelecidas que passavam a ser, elas tornaram-se “pedra de toque” nas disputas entre as facções oligárquicas rivais: quem as controlasse teria a chave do poder local. Tratava-se, dali em diante, de dominá-las, de revestir o poder privado com o público (AMADO, 2006; LEAL, 2012).

Era assim que se definiam as relações de poder nas terras do cacau, território onde o governo do estado tinha dificuldade em manter a lei e o policiamento. Nessa brecha, parte do que seria função de Estado é entregue aos coronéis, muitos dos quais possuidores de patentes compradas à Guarda Nacional, outros possuidores do título por terem dinheiro suficiente para comprá-lo, se assim o quisessem. De certa forma, eles contavam com a proteção dos governos estaduais, recebendo cobertura para seus atos. O poder local variava segundo quem ocupava o poder estadual, alternando, ora adamistas e severinistas, ora pessoístas e seabristas, vide Heine, (2004).

Os “coronéis,” como agentes produtivos, seja durante o império e após o advento da república, eram menos inovadores que os desbravadores pioneiros, pois renunciam a valores empresariais, passando, na interpretação de Baiardi e Netto Mello (2016), a depender, crescentemente, de favores do Estado.

5 Transferência de poder na Região Cacaueira: dos coronéis da fase republicana aos exportadores, 1930 a 1980

O processo de transformações e permanências na Região Cacaueira da Bahia foi influenciado, segundo Chiapetti (2009), pela dinâmica populacional. Falcón (1995) acrescenta que além da atração populacional os preços amplamente favoráveis no mercado internacional, foram capazes de manter a atração de novos moradores para região, principalmente sergipanos e alagoanos, que sofriam com a seca constante em suas regiões. Para o autor, a abundância de mão-de-obra no sul da Bahia favoreceu o aumento da produção. Ele atribui a integração definitiva do cacau ao mercado internacional às inúmeras inovações que também foram responsáveis pela maior disputa fundiária. Acrescenta que entre 1892 e 1920, a população dos maiores municípios produtores - Ilhéus e Itabuna – passou de pouco mais de sete mil pessoas para cerca de 105 mil

Os alagoanos e sergipanos que migraram para o sul da Bahia, constituíram apenas uma das correntes migratórias que chegaram à região. Ribeiro (2005) pontua que esta corrente interna também era composta por baianos do norte do estado e que a segunda corrente, de caráter externo, era composta por europeus e árabes, sendo que o fluxo mais importante foi constituído por libaneses, de religião cristã ou, maronita e sírios.

Entre os anos de 1818 e 1824 chegaram a Ilhéus cerca de vinte e oito famílias alemãs, instalando-se nas proximidades da cidade. Eram lideradas por Peter Weyll e Saueracker. Possuíam os ofícios de alfaiate, mecânico, padeiro, relojoeiro e lavradores, e queriam encontrar uma forma de vida melhor para si e para suas famílias. Traziam dinheiro, ferramentas e meios de se estabelecer. Formaram a colônia do Almada, e deram continuidade ao plantio do cacau, em substituição ao da cana-de-açúcar, segundo Heine, (2004). Há outras versões que reforçam ter sido a introdução e a expansão da lavoura cacaueira, obras de nacionais, desatrelados do sistema agro açucareiro e com financiamento do capital comercial. Agentes madeireiros extrativistas começaram a plantar cacau quando retiravam madeira na região, em meados do século XVIII, não só em Ilhéus. (FILHO, 1978; BAIARDI, 1984; CEPLAC, 1976)

Nessa transferência de poder, de acordo com Mansur, (2020), comentando a obra de Jorge Amado (2006), a aparente impessoalidade do direito, embora superasse a violência direta do uso da força, encobriria, na verdade, a dominação social da burguesia comercial e financeira brasileira. Em Ilhéus, exportadores de cacau estavam tomando as terras dos coronéis endividados, de quem eram credores. O expediente utilizado para isso era a aplicação categórica do direito, com a execução dos títulos de crédito. O direito não deixaria de ter relação com a violência na medida em que serviria à usurpação da propriedade por uma categoria social não produtiva. Para usar expressões de Amado (2006), sob o rigor da lei, iniciava-se o “tempo dos exportadores”, dando fim ao “tempo dos coronéis”.

Barros e Navarro (2022, p. 16-18), entendem ser a cultura uma determinante de novas condutas no mundo rural, o que explica atitudes e comportamentos diferentes dos vários de agentes da cadeia produtiva do chocolate, inclusive o caso específico, a transferência do poder dos “coronéis” aos exportadores. Esta categoria social do âmbito do capital comercial e que passou a concentrar o poder, em que pese fosse urbanizada internalizava uma cultura que não privilegiava o cooperativismo, a agroindustrialização e nem a integração vertical, entre a produção de amêndoas e a produção de chocolate.

Essa transferência encerra o ciclo de detenção do poder por parte dos agentes que viviam e atuavam no meio rural, os desbravadores, os coronéis da fase colonial e os coronéis da fase republicana, que são substituídos pelos cacauicultores absenteístas, na quase totalidade vivendo nos centros urbanos, e mais recentemente pelos seus descendentes, cacauicultores presencialistas, muitos deles residentes no meio rural. Não obstante, a formação cultural dos atuais cacauicultores, malgrado mais propensos a inovar, assumir riscos e investir, segundo Mansur (2020), talvez em decorrência da história de resistência individual de seus antecessores, ainda não assimilou uma mentalidade de cooperação.

Baiardi, (1998) no prefácio do livro de Mesquita (1998), já apontara a essencialidade da pesquisa do tema cultura como condicionante do cooperativismo. Argumenta que, no caso da lavoura de cacau vista como um sistema verticalmente integrado, auxiliaria o esforço recente para entender o porquê de se buscarem novas relações de produção diferentes do simples assalariamento, como o arismo e a parceria, e, concomitantemente, o porquê do insucesso da política de cooperativismo no ‘negócio cacau’, política esta que tão bons resultados trouxe em outras lavouras e em outras regiões, permitindo a formação de complexos agroindustriais. Portanto, segundo o mesmo autor é meritório e oportuno conduzir linhas de pesquisa que deem destaque às subjetividades dos agentes socioeconômicos, sobretudo no concernente à propensão a cooperar.

Baiardi, (1998), prossegue discorrendo sobre a virtuosidade da propensão cooperar afirmando que permitiria superar o sistema agrário-exportador pela implantação de unidades de processamento de amêndoa de cacau e de fabricação de inúmeros tipos de chocolate e de derivados, tanto para o mercado nacional como internacional. Demais, da ultrapassagem do sistema agrário-exportador decorreriam inúmeras vantagens como a ampliação do espectro de produtos intermediários e finais, todos eles com mais valor agregado comparativamente aos produtos tradicionais que são a amêndoa, o líquido, a manteiga e a torta. Dessa forma, contabilizar-se-iam maiores resultados a serem distribuídos ao longo de toda a cadeia produtiva, beneficiando, principalmente, o elo da produção primária, de onde teria partido a iniciativa da cooperação, por ser o segmento mais antigo.

Mesquita, (1998) argumenta que haveria ainda aqueles outros benefícios, próprios da política cooperativista no estágio da produção primária, nas funções de comercialização e consumo. A venda em maiores quantidades da amêndoa já classificada por uma instituição idônea e a aquisição dos insumos e máquinas em maior quantidade e com melhores contatos com a rede de fornecedores, confeririam à comunidade um outro poder de barganha, nas ações de venda e compra. De outra parte, a implantação de uma rede de lojas do gênero supermercado nas sedes municipais da região, elevaria o poder de compra ao nível familiar, melhorando a qualidade de vida.

6 O poder econômico na Região Cacaueira muda de mãos, dos exportadores para as processadoras, a partir de 1980

Com as baixas cotações da amêndoa do cacau no mercado internacional, o contágio das plantações pela enfermidade denominada de “vassoura de bruxa” e as dificuldades conjunturais e estruturais daí advindas, diversas empresas exportadoras, como Correia Ribeiro, José Ferraz & Cia Ltda., Wildberger Almeida Com. Exp. Ltda., Manoel Joaquim de Carvalho & Cia Ltda., Companhia Brasileira Exportadora–CBE, Almirante Cacau Importadora e Exportadora Ltda.,

Cacau Bahia e algumas indústrias processadoras, como a Barreto de Araújo e a Berkau, Itaísa, encerraram suas atividades na Região Cacaueira. Permaneceram na Bahia as processadoras com ramificação financeira com o exterior, como Barry Calebaut, Cargil e Olam que processam 95% do cacau em amêndoas brasileiro, transformando-as em insumos para produção de chocolate e outros produtos. Por processarem essa magnitude de matéria prima, o setor influencia os preços no mercado interno, às vezes pagando ágios ou deságios (ZUGAIB, 2016).

De acordo com Muller et al, (2010), concretamente, com a redução quase absoluta do segmento exportador de amêndoas de cacau, se dá uma transição em termos de hegemonia econômica do capital comercial para o capital industrial, representado pelo setor de esmagamento de amêndoas visando bens intermediários ou semielaborados. Este segmento da cadeia produtiva do chocolate, não surge por acaso. É resultado de um processo histórico. O processamento da amêndoa de cacau como matéria prima de um bem intermediário para indústria de chocolates, ocorreu tardiamente no Brasil. Este tipo unidade industrial teve como pioneira a firma Cacau Industrial e Comercial S/A, que se instalou em Ilhéus em 1908 passando a disputar com exportadores a compra da oferta de amêndoas. Como os exportadores tinham maior poder de barganha, a empresa cessou suas atividades, retomando-as em 1927, cerca de 20 anos depois, por meio da Usina Vitória.

Essa segunda tentativa foi exitosa a ponto de ela instalar, pouco tempo depois, uma outra unidade em Itabuna a Usina Helvetia. O surgimento dessa atividade produtiva na região pode ser considerado um pioneirismo neste setor pois essas usinas foram as primeiras a operar zona produtora visando o abastecimento interno e a exportação dos insumos para produção de chocolate. Apesar do empreendimento pioneiro e da utilização da matéria-prima local, a presença da indústria na região não altera em nada seu quadro econômico nem seu caráter essencialmente agrícola, uma vez que a capacidade de absorção da matéria-prima era muito reduzida. Com efeito, até o ano de 1940, a indústria transforma apenas 1,6% do volume total do que era exportado em amêndoas (ZUGAIB, 2016).

Dois décadas após a instalação da primeira usina, mais especificamente em 1944 e 1946, a Chadler e Joanes, respectivamente, inauguraram suas plantas industriais nas proximidades da área de produtora de matéria prima. A partir de 1958, ano considerado base para a recuperação econômica da Europa, essas fábricas consolidaram a condição de fornecedores de derivados da amêndoa, em que pese a histórica disparidade entre os preços da manteiga de cacau e da amêndoa bruta, que as favorecia, haver se reduzido. Inobstante essa aparente perda de lucratividade, outra fábrica foi instalada em 1962 (Barreto de Araújo) elevando a concorrência.

A redução na margem de lucro, problemas de mercado internacional e dificuldades financeiras no parque industrial brasileiro, fizeram com que duas dessas fábricas deixassem de funcionar em 1969. Porém, as unidades remanescentes aumentaram o volume das suas moagens, fazendo com que, já em 1972, o parque de processamento de amêndoa retomasse o nível de produção equivalente a 1968. Assim, é possível afirmar que partir da década de 1970 é que tem início a consolidação da semi industrialização na região cacaueira da Bahia. (MULLER et al, 2010).

Contudo, a hegemonia do segmento de processamento com vistas à produção de bens intermediários se concretiza dez anos depois, no início da década de 1980, isto porque é neste período que a expansão se dá mediante a internalização do setor na região produtora de

amêndoas. Antes, parte dessas indústrias de processamento localizavam-se fora da região, inclusive em Salvador.

Neste período os investimentos mais do que dobraram a capacidade de processamento do setor, promovendo uma rápida expansão da atividade industrial regional e despertando o interesse crescente de capitais externos à região na ampliação desse complexo agroindustrial cacauero, o qual, pelo seu dinamismo, poderia induzir outros investimentos em diferentes ramos, até mesmo na produção de chocolate. Entretanto, essa oportunidade foi perdida e a produção de chocolate em escala industrial não se constituiu uma prioridade par o setor de esmagamento da amêndoa (BAIARDI; NETTO MELLO, 2016) (ZUGAIB, 2016).

7 Discutindo as vicissitudes na integração vertical produção de amêndoas / industrialização de chocolate

Historicamente a produção de derivados do cacau nunca foi um objetivo dos agentes econômicos locais. A venda da matéria-prima para o mercado externo sob a forma bruta (cacau em amêndoas) foi majoritária nos primórdios e na forma semielaborada (líquor, torta, manteiga, pó) surge tardiamente, mas nunca evoluiu para a forma do produto final (chocolate em barra, bombons de chocolate etc.). Com isso deixou-se de agregar à economia cacauera milhões de dólares (ZUGAIB, 1992).

No início dos anos de 1980 a Cooperativa Central dos Produtores de Cacau, a COOPERCACAU, em parceria com o grupo francês Barry Cocoa do Brasil, voltou-se para a verticalização da produção buscando agregar resultados econômicos para os associados do sistema, ao instalar na região, a Itabuna Industrial S. A. (ITAISA), processadora de cacau, valendo-se, inclusive, de incentivos do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR).

De acordo com Zugaib (2012) a estrutura de mercado de amêndoas de cacau é oligopsônica, ou seja, existem na Bahia poucas indústrias adquirindo matéria prima, o que historicamente contribuiu para que o preço do cacau com valores corrigidos ficasse, praticamente, estagnado nos últimos 30 anos. Segundo o autor nessas três décadas o preço do cacau convertido em dólar praticamente não se alterou ficando em uma média de US\$ 2.800/t apesar, dos custos de produção terem aumentado consideravelmente, segundo Santos Filho et al (2022).

A agroindustrialização em forma cooperativa poderia reverter essa situação. Os produtores sócios atuariam em todos os elos da cadeia produtiva do cacau produzindo os derivados liquor, torta, manteiga e pó e, também, chocolate e poderiam regular os preços da amêndoa e do chocolate no mercado nacional e internacional. Esse arranjo organizacional de cooperativas de processamento poderia remunerar ao preço do dia a entrega do cacau em amêndoas e após o processamento no final do exercício proceder o pagamento complementar a cada cooperado dependendo dos resultados de faturamento líquido (ZUGAIB 2012). Este cenário não exclui que as indústrias não vinculadas às cooperativas não continuem atuando no mercado. Ao contrário, quanto maior o número de empresas participarem da estrutura de mercado no processamento e na comercialização de cacau, melhor seria, pois geraria competitividade, com a agroindústria cooperativa contribuindo na regulação do preço da amêndoa de cacau.

Esse projeto de arranjo organizacional cooperativo para o setor de processamento de amêndoas não se materializa porque a cultura impregnada na formação social denominada “Civilização do Cacau”, que compreende como agentes os desbravadores, os coronéis da fase colonial e os coronéis da fase republicana, dificulta a implementação de cooperativas. A formação cultural da categoria herdeira que seria o atual cacauicultor, segundo Mansur (2020), talvez em decorrência da história de resistência individual de seus antecessores, não favorece a uma mentalidade de cooperação.

De acordo com Mesquita (1998), faltaram a esta comunidade para que o cooperativismo fosse bem sucedido, atributos tais como engajamento cívico, confiança recíproca, pioneirismo de risco, cultura do trabalho e ética de negócios, entre outros, requisitos essenciais para o que hoje se define em debates na Universidade de Harvard como sendo as condicionantes do compromisso com o ‘ativismo racional’ que, por sua vez, compõe a teoria pós-neoclássica de crescimento endógeno (ACEMOGLU; JOHNSON & ROBINSON, 2001). No seio dessa categoria de cacauicultores criada pelo imaginário de escritores regionais e apropriada pela academia, seria difícil encontrar e cultivar, interesses comuns, coesão, confiança recíproca e solidariedade, em um nível que permitisse o sucesso do cooperativismo.

Outro obstáculo na propensão a cooperar entre os cacauicultores e que contribuiu para retardar iniciativas visando implantar agroindústrias cooperativas que visassem como produto final o chocolate, foi o insucesso do “Sistema Copercacau,” em manter o segmento de processamento que chegou a produzir líquido, torta, manteiga e pó e até o chocolate em cobertura. Nascimento (2013 p.162) pontua causas multideterminadas:

Observou-se que a paralisação do Sistema Copercacau deveu-se a um conjunto de fatores convergentes, como falta de educação cooperativista dos associados, à presença predatória de comerciantes e de industriais, que atuaram para inviabilizar o cooperativismo, à simbiose burocrática que resultou na relação espúria entre o público e o privado, acentuados em função do problema maior, à vassoura-de-bruxa, à redução do crédito, à perplexidade da população e à omissão de atores importantes, no que diz respeito ao futuro da cacauicultura (NASCIMENTO 2013 p.162).

Nascimento (2013 p. 162-163) prossegue revelando que: “Os problemas que ocorreram com o Sistema Copercacau a partir de 1992, e que determinaram a sua paralisação, não são uma construção de um ou outro ator, isoladamente, mas devem ser atribuídos a um conjunto de fatores internos e externos”. A impotência dos produtores de cacau, diante de um mercado imperfeito, o aparecimento da vassoura-de-bruxa e, as políticas públicas ineficazes configuraram um quadro perverso de crise que já dura quase três décadas, que além de desestimular o cooperativismo afetou inúmeras empresas comerciais que pediram concordata, comprometeu o desempenho de indústrias de processamento de cacau nacionais, repercutindo até nas representações políticas dos produtores, dos comerciantes e dos industriais, resultando no quadro de total falta de liquidez dos produtores de amêndoas e da economia regional como um todo.

Ainda segundo Nascimento (2013), verificou-se que as cooperativas, além de problemas de origem, como a falta de educação cooperativista que possibilitasse uma ação proativa, enfrentaram dificuldades operacionais como: a) o endividamento elevado; b) a duplicidade de estruturas; c) infidelidade tanto dos associados em relação às singulares quanto dessas em relação à Central; d) o ingresso na industrialização sem o suporte de capital adequado; e) e o

descumprimento por parte do setor público (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e Instituto de Cacau da Bahia (ICB), em termos dos aportes de recursos. Tudo isso comprometeu o arranjo financeiro acordado para o projeto Itaísa.

Nascimento (2013) conclui que esses problemas, no entanto, não eram novos. Eles existem desde a origem da Cooperativa, na década de 1940, e a Cooperativa Central sobreviveu a todos eles. Desta vez ocorreram questões supervenientes, de natureza externa, que prevaleceram sobre os demais, que foram aproveitadas de forma oportunista pelos que tinham interesses contrários ao cooperativismo e razões suficientes para inviabilizar o esforço de organização horizontal.

O clima de perplexidade, que se instalou na região desde o fim da década de 80, reflete a inexistência de uma visão objetiva sobre os problemas reais, fazendo com que o imaginário se manifestasse (e se manifeste) de maneira contraditória. A ausência de políticas públicas, capazes de induzir o setor produtivo de forma consequente, seguramente é produto de uma percepção enviesada dos problemas regionais, que abriu espaço para ações clientelistas e cartoriais, o que põe em evidência o papel fundamental de iniciativas que possam resultar numa ação institucional permanente e articulada, que estimule a discussão de alternativas de interesse da sociedade.

Nesse contexto, mantidas as condições estruturais, com o mercado interno de esmagamento das amêndoas cada vez mais se concentrando, sob o domínio de três indústrias multinacionais e considerando que, não só do ponto de vista dos produtores, mas da sociedade no seu conjunto, não há como negar a necessidade imperiosa de recompor o setor cooperativista, evidenciou-se que, apesar das dificuldades, o setor pode ser recomposto em novas bases, emprestando-se ênfase no trabalho de doutrina e educação, tornando imperativo a formulação de um programa de desenvolvimento agroindustrial cooperativado (integração para frente), como forma de reduzir as assimetrias existentes na cadeia produtiva, condição necessária para elevar a remuneração da atividade e assegurar melhor nível de renda para os produtores de amêndoas, o que é fundamental para preservação da lavoura de cacau como sistema agroflorestal.

O interesse dos produtores de amêndoa se transformarem em chocolateiros, produzindo chocolate em cobertura, que é antigo e tem suas raízes na criação do “Sistema Copercacau”, formado por treze cooperativas singulares até a incorporação da Itaísa Ltda., com a produção do líquido, torta, manteiga e pó, antes mesmo dos insucessos do cooperativismo na região. Recentemente, a busca de um chocolate com alto teor de cacau fino, com aroma e sabor, se deu como iniciativa da Ceplac.

A Ceplac teve como estratégia a construção de uma fábrica de chocolate para treinamento dos produtores de cacau na produção do chocolate e se revelou de grande importância na transformação dessa realidade. Primeiro por mostrar os ganhos que as empresas chocolateiras no mundo tiveram em comparação com os ganhos gerados pela exportação brasileira de derivados de cacau, enfrentando as multinacionais. Segundo por trazer da França as ideias de chocolate fino, de origem, com *terroir* definido, no qual predominava o aroma e o sabor. Terceiro por desenvolver na integralidade a tecnologia na fábrica de chocolate da Ceplac e quarto por incentivar a produção agroindustrial doméstica de chocolate, nas modalidades *bean to bar* e *tree to bar*. (ZUGAIB, 1996 a; ZUGAIB, 1996 b; SANTOS et al, 2012; MORORÓ, 2012).

O fruto dessa estratégia vitoriosa traçada nas dependências da CEPLAC, contou com personagens da sociedade civil e do mundo dos negócios de chocolate, que montaram e

estruturaram o concurso de qualidade do cacau fino, junto com o Instituto Arapiaú. Atualmente, já existem cerca de 350 marcas de chocolates fino com alto teor de cacau no Brasil, cerca de 200 na Bahia, entre eles aqueles produtores de cacau que detêm só a marca e aqueles que fazem todo o processo fabril, ou seja, participam de todos os elos da cadeia produtiva do cacau e chocolate nos estabelecimentos agropecuários.

Segundo Borges e Borges (2022), embora a região tenha sofrido as consequências de um modelo agrário-exportador, baseado na monocultura destinada à exportação, os principais projetos e estratégias de desenvolvimento para o território, têm no cacau e no seu valor simbólico, a sua principal força, a exemplo das iniciativas de produção de cacau fino, da cadeia do chocolate com alto teor de cacau e da cadeia do turismo, principalmente nos segmentos rural, ecológico e histórico-cultural.

Há também apostas no selo de Indicação Geográfica (I.G.) obtido pelo cacau que irá valorizar ainda mais a cadeia cacau-chocolate-turismo. O cacau também se destaca por sua função ambiental e ecossistêmica para a região, dada a sua estreita relação com a mata atlântica, qual seja de conservação, como resultado do sistema agroflorestal cacau-cabruca⁶.

8 Considerações finais

Mudanças culturais serão necessárias no século XXI, tais como uma agroindustrialização cooperativa com uma visão de bioeconomia e de economia circular. Uma possibilidade de desconcentrar o mercado de aquisições de matéria prima com reflexos positivos nos preços da amêndoa de cacau e na concorrência internacional, seria a implantação de uma rede de unidades de processamento da amêndoa. Um tecido agroindustrial menos concentrado influenciará na formação de preços mais justos e na internalização por toda a região de rendas que atualmente beneficiam o oligopólio de processadores de derivados de amêndoa. Com essa rede de indústrias de porte médio⁷ organizadas de forma cooperativa, obter-se-á maior competição intrasetorial com envolvimento de todos os elos da cadeia produtiva do cacau, ou seja, processando derivados e industrializando o chocolate e colocando no mercado aquele que tiver com o preço mais compensador.

Este novo segmento agroindustrial, menos concentrado e com menos barreiras à entrada, além de atuar como regulador de preços, proporcionará internalização de rendas (NASCIMENTO, 2013). Contudo para que isso ocorra, é necessário um processo de mudança cultural que estimule a propensão a cooperar e que resulte em ações coletivas que envolvam risco de investimentos e adoção de inovações de processamento da amêndoa e fabricação de chocolate.

Baiardi, (1998) no prefácio do livro de Mesquita (1998), sugere que os sintomas da atual crise eram evidentes e as próprias crises anteriores assim o demonstravam, ao sinalizarem para a demasiada vulnerabilidade do modelo agrário-exportador. Após a Segunda Guerra Mundial, seguindo a tendência da formação dos Complexos Agroindustriais, (CAIs), a região já deveria ter adotado um outro modelo para estruturar sua principal atividade. Isto não foi feito por ausências de iniciativas por parte da sociedade civil e do Estado.

⁶ Denominação popular posteriormente incorporada pelos textos acadêmicos para o sistema de produção sombreado que em lugar de utilizar plantas exóticas para o sombreamento, raleavam, ou “cabrocavam” a mata, e plantavam as mudas de cacau sob a sombra das árvores remanescentes.

⁷ A tecnologia de processo da amêndoa e de fabricação de chocolate apresenta divisibilidade, não sendo óbvia a economia de escala. A rede poderia, então, ser formada por pequenas, médias e grandes fábricas.

Esse novo modelo de rede de unidades industriais de processamento da amêndoa e fabricação de chocolate pode estar estruturado na agroindústria cooperativa e adotando, segundo Zugaib, (2023)⁸, preceitos de bioeconomia e de economia circular, através dos quais se busque promover o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida dos produtores de cacau na sua totalidade, assegurando a qualidade ambiental e reconhecendo a oportunidade de transitar para uma economia de baixo carbono, aliada ao desenvolvimento sustentável.

A lavoura de cacau ou cacauicultura brasileira tem todos os predicados para ingressar nesse modelo de maior sustentabilidade com inclusão econômica e social mediante agregação de valor em toda a cadeia do cacau. Em se tratando de um país de dimensões continentais e com grande disponibilidade de recursos naturais renováveis, principalmente dentro dos biomas Mata Atlântica e Floresta Amazônia, a cacauicultura tem elevado potencial de alicerçar seu desenvolvimento e sua inserção estratégica no cenário global da necessidade imperiosa de sistemas agroalimentares mais amigáveis à biosfera em tempos de provável vigência do antropoceno.

As empresas integrantes da cadeia produtiva do chocolate se destacam pelo leque de ações permitidas pelas atividades que se encaixam na bioeconomia, indo do melhoramento genético, produção e utilização de bioinsumos, uso da terra de forma mais eficiente até a adoção de processos de produção de derivados da amêndoa e do chocolate, mais sustentáveis, amigáveis da natureza. Isso se deve à evolução tecnológica ocorrida nos últimos anos. Nesse setor se encontram, por excelência, oportunidades de redefinir o modelo de desenvolvimento econômico com adoção crescente de preceitos de sustentabilidade, de uso eficiente dos recursos naturais.

Nesse sentido, a economia cacauera pode e deve ser revitalizada utilizando um novo modelo de desenvolvimento baseado em um processo de agroindustrialização cooperativa, atuando no sistema de compra e vendas em comum, tendo como suporte conceitual e oportunidade de desenvolvimento a sua inserção estratégica no cenário global, mediante a adoção de preceitos de bioeconomia e de economia circular (ZUGAIB, 2023). Espera-se que este texto possa contribuir para a concepção de políticas públicas e corporativas, bem como para governança que englobe os agentes socioeconômicos, o Estado em seus diferentes níveis e a comunidade científico-tecnológica.

Referências

ACEMOGLU, D.; JOHNSON, S.; ROBINSON, J. The colonial origins of comparative development: an empirical investigation. *The American Economic Review*, v.91, n.5, p. 1369-1401, 2001.

AMADO, J. *Terras do Sem-Fim*. Rio de Janeiro: Record. 2006

⁸ A bioeconomia compreende toda a atividade econômica derivada de bioprocessos e bioprodutos que contribui para soluções eficientes no uso de recursos biológicos - frente aos desafios em alimentação, produtos químicos, materiais, produção de energia, saúde, serviços ambientais e proteção ambiental que promovem a transição para um novo modelo de desenvolvimento sustentável e de bem-estar da sociedade. As atividades da bioeconomia podem ser entendidas como: produção de biomassa – transformação geração de produto final de valor econômico. Esses três quesitos são baseados na sustentabilidade e na inovação. A partir dessa lógica, incluem-se na bioeconomia: biocombustíveis, bioquímicos, bioinsumos, enzimas, fármacos e biomateriais em geral (tais como produtos de higiene pessoal e cosméticos, têxteis e outros com base em tecnologia e inovação a partir de recursos biológicos).

ALMEIDA, J. M. G. de. *A tradição regionalista no romance brasileiro (1857 1945)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

ASMAR, S. R. A. *Sociologia da microrregião cacauzeira*. Itabuna (BA): ITAGRAFE, 1983.

BAIARDI, A. *Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauzeira da Bahia*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1984.

_____. O ensino de história das ciências agrárias nas universidades In: OLIVEIRA, R. J. *Agronomia: Jornadas Científicas - Volume 2*. Guarujá (SP): Editora Científica Digital, 2020, v.2, p. 70-84.

_____. A. O Brasil agrícola e rural contemporâneos: a cultura fazendo a diferença In: BARROS, G. S. C.; NAVARRO, Z. *O Brasil rural contemporâneo: interpretações*. São Paulo: Editora Baraúna, 2022. p. 85-121

BAIARDI, A.; ALENCAR, C. Agricultura familiar, seu interesse acadêmico, sua lógica constitutiva e sua resiliência no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural* v.52, 2014, p. 45 - 62, 2014.

BAIARDI, A. & NETTO MELLO. Períodos na história da lavoura de cacau na Bahia, protagonismo e legitimação social dos agentes econômicos. *Revista do Instituto Geográfico da Bahia*. Rev. IGHB, v. 111, p. 87 - 112, 2016.

BARROS, G.S.C.; NAVARRO, Z. Introdução. In: BARROS, G.S.C.; NAVARRO, Z. *O Brasil rural contemporâneo: interpretações*. São Paulo: Editora Baraúna, 2022, p 7-31.

BORGES, C. H. L.; BORGES, A. V. Percepções sobre os marcadores identitários e seus efeitos no desenvolvimento territorial do litoral sul da Bahia. *Sociedade e Território*, v. 34, n. 3, p. 156-177, 2022.

BURKE, P. *A escola dos Annales, 1929-1989*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

CHIAPETTI, J. *O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na região cacauzeira da Bahia*. Tese de doutorado, Instituto de Geociências e Ciências Exatas – IGCE. Rio Claro: UNESP. 2009.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA, CEPLAC. *Diagnóstico sócio-econômico da Região Cacauzeira*. Ilhéus: CEPLAC/IICA, 12 v., 1976.

CONCEIÇÃO, T. L. A. *A agricultura de abastecimento na configuração territorial do Sertão da Ressaca*. Salvador: UCSAL Press, 2021

DUTRA, L. C. "Terras do Sem-Fim". *Leitura*, 11, pp. 13-16, 1943.

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. São Paulo: Editora UNESP, 2003

FALCÓN, G.A.O. *Os coronéis do cacau: Raízes do mandonismo político em Ilhéus*. 1890-1930. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 1983.

CARDOSO, C, F. S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: _____. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 133-154.

FILHO, A. *Sul da Bahia: chão de cacau*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

HEINE, M. L. *Jorge Amado e os coronéis do cacau*. Ilhéus (BA): EDITUS, Editora da UESC, 2004.

IBGE. Bahia, *Coaraci*, Histórico. Rio de Janeiro. 2017a, Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/coaraci/historico>. Acesso em: 14 mar. 2022.

- _____, *Itabuna*, Histórico. Rio de Janeiro. 2017b. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itabuna/historico>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- _____, *Itajuípe*, Histórico. Rio de Janeiro, 2017c. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itajuípe/historico>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: O município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LEAL, V. N. *Coronelismo: The municipality and representative government in Brazil*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- MANSUR, J. P. Terras adubadas com Sangue, O coronelismo de Terras do Sem Fim. *Studium Iuris*, v. 36, n. 105, p. 1-18, 2021.
- MESQUITA, A. S. (1998). *Cooperativismo, cacauicultura e crise: uma análise da COPERCAU central no contexto da crise do agribusiness do cacau na Bahia*. Cruz das Almas (BA): Universidade Federal da Bahia, Escola de Agronomia, 1998.
- MORORÓ, R. C. Aproveitamento dos derivados, subprodutos e resíduos do cacau. In: VALLE, R. R. (Ed.). *Ciência, tecnologia e manejo do cacauero*. Ilhéus: CEPLAC/ CEPEC, 2012, p. 596-672.
- MULLER, A. M. dos S.; ZUGAIB, A.C.C.; MENDES, A. T.; MORORÓ R. C. *Programa de implantação de agroindústrias de pequeno e médio porte de derivados de cacau e chocolates especiais para as regiões produtoras de cacau*. Brasília: PROADCE CEPLAC, 2010.
- NASCIMENTO, F. R. *Cooperativismo na Região Cacaueira da Bahia: fatores determinantes da paralisação da Copercacau*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2013.
- NEVES, E. F. *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio, um estudo de história regional e local*. Salvador: UEFS e EDUFBA, 1998
- _____. *História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Salvador: Editora Arcádia, 2002.
- QUEIROZ, M. I. P. de. “O coronelismo numa interpretação sociológica” In: ____ (org.), *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- RIBEIRO, A. L. R. *Memória e Identidade: Reformas Urbanas e arquitetura cemiterial na região cacaueira (1880-1950)*. Ilhéus: Editus, 2005.
- ROJAS, C.A.A. *Antimanual do mau historiador: ou como se fazer uma boa história crítica?* Londrina (PR): Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2007.
- SAMUELS, Warren J.; BIDDLE, Jeff E.; DAVIS, John B. *A companion to the history of economic thought*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2003.
- SANTOS FILHO, L. P. dos; MIDDLEJ, R. R.; COSTA e SOUZA, I.; ZUGAIB, A.C.C. *O negócio produção de amêndoas de cacau, no Estado da Bahia*. Ilhéus (BA): CEPLAC/CEPEC. Boletim Técnico, nº 224, 35 p., 2022.
- SANTOS, A.M. dos; SANTOS, G.B.M. dos; SANTOS, P. B. M. dos. Cacau: a diferenciação pela qualidade como estratégia para elevação do preço no mercado internacional. *Agrotrópica*, v. 24, n. 3, p. 197 – 206, 2012.
- VELHO, G. “Memória, identidade e projeto”. In: _____. VIANNA, H.; KUSCHNIR, K.; CASTRO, C. (org). *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VIANNA, F. J. de O. *Instituições política brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

ZUGAIB, A. C. C. *Avaliação de cenários alternativos para a diversificação agroindustrial da região cacaueira da Bahia*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: UFV, 1992.

_____. *O Mercado de Chocolate Mundial (Esclarecimento ao Debate)*. A Tarde Rural – Cacaucultura, 06 de janeiro de 1994.

_____. *Em busca do Produto Final (Chocolate): o paradoxo do cacau*. Jornal a Tarde Rural. 01-02-1996a p. 04.

ZUGAIB, A. C. C. b. *Em busca do Produto Final (Chocolate): A conquista do futuro*. Jornal a Tarde Rural. 08.02.1996b. p. 03.

_____. A agregação de valores e a busca por novos nichos no mercado de cacau. In: GOETHE-INSTITUTO *Metamorfose do Cacau, Simpósio Internacional II, Cacau e Sustentabilidade no Sul da Bahia*, Salvador: Goethe-Instituto, 2012. p. 172-201.

_____. A importação e exportação de cacau em amêndoas e derivados contemplados pelo sistema drawback. Centro de Pesquisa do Cacau. Ilhéus, Bahia, Brasil. *Agrotrópica*, v. 28, n.3, p. 233-246, 2016.

_____. A bioeconomia circular como estratégia para agregação de valor à cacaucultura brasileira. *Agrotrópica* v.35, n.1, p. 21-52, 2023.